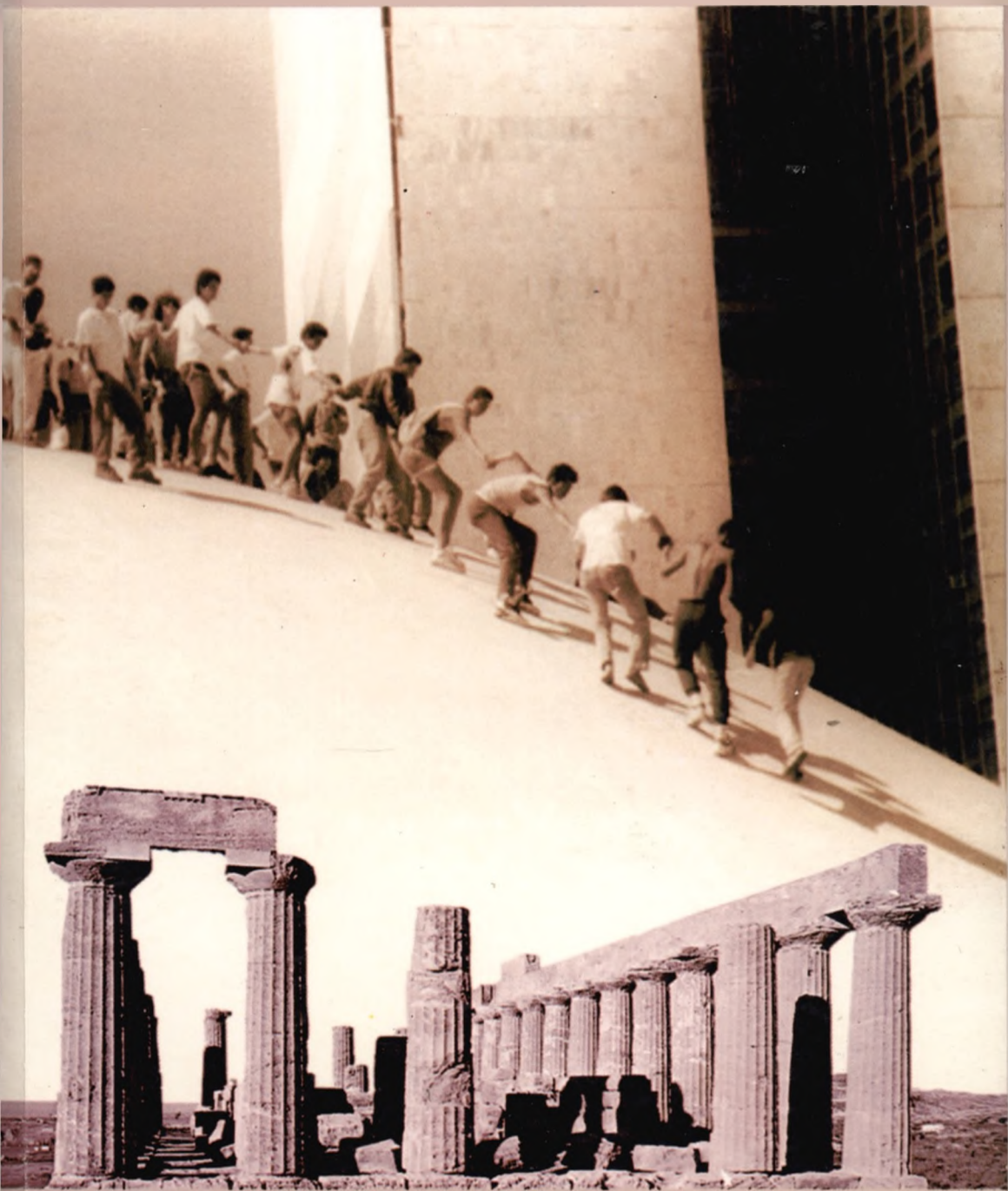


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

III - DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

O DESAFIO DA EQUIDADE

*Juan Somavia
Presidente da Cúpula Mundial sobre
Desenvolvimento Social em Copenhague
Embaixador do Chile na ONU*

I. Para que servem as reuniões de cúpula?

Sempre me perguntam sobre a organização da Cúpula Social de Copenhague, quando pela primeira vez na história chefes-de-Estado se reuniram para discutir os problemas sociais dos seus países, como a pobreza, o desemprego e a integração social, que, como sabemos, são os problemas que preocupam seriamente as pessoas.

No processo de preparação, uma pergunta que sempre surgia era: para que serve essa reunião de cúpula? São grandes encontros onde se negociam interminavelmente textos que depois não se aplicam, e, de fato, é um belo espetáculo. Mas, depois o que acontece?

Como estava convencido de que seria uma grande conferência, percebi que tinha de ser o primeiro a responder a essas perguntas para mim mesmo. Estava envolvido em algo que fazia sentido? A resposta foi positiva e gostaria de compartilhá-la.

Nos últimos 30 anos acontece algo que considero extraordinário nas Nações Unidas, a realização de encontros, como esse da Cúpula Social, para mudar nossa consciência sobre determinados temas. Efetivamente, o mundo, e nós mesmos, hoje pensamos de forma diferente sobre certos temas, com relação ao que pensávamos há 30 anos. Por exemplo, o tema do meio ambiente. No Brasil houve uma grande conferência de êxito sobre o meio ambiente em 1992. Mas o processo que conduziu à Conferência do Rio nasceu no ano de 1972, em Estocolmo, quando o Secretário-geral da Conferência do Rio, Maurice Strong, levantou um conjunto de temas sobre o meio ambiente, que faziam sentido para todo o mundo. Mas naquele momento foi recebido como algo muito marginal no campo analítico, intelectual e político. O mesmo ocorreu com o tema dos direitos das

mulheres, sobre o qual acaba de se realizar uma conferência em Beijin, na China. Mas para as Nações Unidas esse tema começou a ser debatido em 1975, na Conferência da Cidade do México. O tema das populações, que teve sua conferência no ano de 1994, no Cairo, iniciou-se em 1974. Algo parecido ocorreu com o tema dos direitos humanos a partir da Declaração Universal de 1948.

As Nações Unidas fazem o que há de mais complexo e difícil em uma sociedade, que é postular uma idéia que a princípio parece revolucionária, mas depois de 20 ou 30 anos passa a ser consenso. Isso é muito difícil, pois tendemos a ser muito conservadores com nossas próprias reflexões. E se observarmos o mundo, é certo que hoje estamos pensando de forma diferente do que há 30 anos sobre esses temas.

Não há dúvida de que o papel das Nações Unidas foi colocar o tema na Agenda e procurar um certo caminho. Mas isso não foi só o que se fez.

O segundo aspecto relevante dessas grandes conferências foram as diversas formas de interação e alianças com a sociedade civil, pois para cada um desses temas já existia movimentos com suas respectivas reivindicações. As pessoas se organizam porque esses temas são importante para elas, porque querem mudanças. Então o cenário das conferências é aquele onde a sociedade civil tem sua melhor expressão e vinculação com as Nações Unidas e, ao mesmo tempo, aproveitam o discurso dos governos, dentro das Nações Unidas, para constituírem-se em atores desses temas e depois cobrar dos governos os compromissos assumidos internacionalmente. Esse comportamento vem ocorrendo. E essas conferências representam o trabalho regular das Nações Unidas, o que vem permitindo uma articulação internacional da sociedade civil, para os mais diferentes temas.

O terceiro fator importante dessas conferências, que ocorreu na Cúpula de Copenhague, foi a constatação de que os governos estão preparados para declarar juntos princípios e objetivos que consideram necessários, mas que não são necessariamente capazes de executá-los imediatamente. É uma maneira de fixar a direção das políticas futuras.

Mas o fato concreto é que aceitaram uma pauta, aceitaram um padrão. Então, uma das funções dessas conferências é fixar padrões aos quais os governos se comprometem, embora conscientes de que necessitarão de certo tempo para atingir os padrões fixados. Por exemplo, na Conferência do Rio percebeu-se a infinidade de legislações sobre o meio ambiente que há no mundo. É um número impressionante.

Do ponto de vista da mudança de consciência, obviamente estamos muito distantes de soluções. Mas já se produziu uma mudança de consciência, de percepção, em relação à maneira de tratá-los.

Portanto, afirmo que a Conferência de Copenhague teve seu papel baseado no que ocorreu no passado, no ideal de influenciar o futuro.

II. Principais dimensões da Cúpula Social

A partir do que coloquei, faço a seguir referência às principais missões que saíram da Cúpula Social. Como já mencionei, foi a primeira vez na história que chefes-de-Estado se preocupam com temas sociais. A mensagem central é: o mundo está se organizando em torno de uma visão econômica e é necessário que se agregue valores humanos a essa visão. Não podemos ter sociedades que se regem apenas por critérios econômicos, é importante incorporar as necessidades dos seres humanos. O desenvolvimento econômico só é importante quando leva ao desenvolvimento dos seres humanos.

O equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano aparece como elemento central se contemplamos a evolução da humanidade. Esse equilíbrio é sinal de uma democracia estável, de uma economia saudável e de um profundo desenvolvimento social com respeito às etnias e culturas. Esses são os elementos de uma sociedade estável, mas se um desses elementos se sobrepõe a outro, cria-se o desequilíbrio do conjunto e se corre o risco de que a lógica econômica comece a ser aplicada sobre as demais dimensões da organização social, na qual efetivamente não corresponde. Em síntese, essa é a mensagem da Cúpula Social de Copenhague.

Trata-se de uma visão moderna que reconhece a importância de uma economia saudável, que reconhece um conjunto de elementos relacionados com o funcionamento das economias contemporâneas, mas não se restringe apenas a esta visão pois reconhece a importância dos valores humanos a serem agregados.

Quero mencionar algumas dimensões principais saídas da Cúpula Social. A primeira é uma nova noção de segurança. Estamos acostumados a pensar na segurança como a segurança do Estado, a segurança do Estado-nação. Mas, na verdade, se analisarmos o tema da segurança da perspectiva das pessoas, e sairmos às ruas para perguntar quais são os principais problemas de segurança, quais as fontes de insegurança, as respostas serão: o desemprego, a fome, a pobreza, a discriminação, a desordem, a violência nas casas e nas ruas, a instabilidade do sistema político. Isso é o que provo-

ca insegurança. As pessoas não estão nos grandes focos de conflitos existentes no mundo. Mas, na maioria dos países, elas percebem a insegurança em função de suas próprias vidas.

A Cúpula Social recolheu os trabalhos realizados em diversos locais, entre eles a Comissão Sul-americana de Paz. A verdade é que se tratarmos apenas da segurança dos Estados, chegaremos à conclusão de que poderemos ter Estados muito seguros, no sentido clássico da segurança do Estado, e cheio de pessoas inseguras dentro deles. E isso não significa que essas sociedades sejam estáveis e seguras. Ou seja, se não incorporarmos a segurança das pessoas, a segurança dos seres humanos, como indivíduos, no seu núcleo familiar, na comunidade onde vivem, se não dermos à segurança a dimensão real de vida, e apenas um arquétipo estatal, um problema de Estado com Estado, se não colocarmos a segurança como um problema do indivíduo, não teremos nenhuma possibilidade de entender quais as fontes de instabilidade da sociedade.

Menciono isso na Universidade pois creio que este é um tema que a Cúpula lançou como um desafio para o mundo acadêmico. Porque a Cúpula faz uma definição intuitiva do fenômeno, e o define assim porque o observa assim, como ocorre na vida diária. Mas não há nenhuma dúvida de que teremos de aprofundar o conceito de segurança das pessoas. Ou seja, como fazê-lo desenvolver, ter sentido, como vinculá-lo ao conceito clássico de segurança e ao mesmo tempo darmos dimensões operativas. Este foi um dos elementos que orientou a Cúpula Social, e que, ao mesmo tempo, é um elemento para os trabalhos de investigação e análise para o futuro.

A segunda dimensão é o fato de que a Cúpula assumiu esses problemas como problemas que afetam todas as sociedades. Isto é, não há um só país, dos 185 que são membros das Nações Unidas, que possa dizer que não tem problema de desenvolvimento social, de desemprego, de pobreza, de violência, de drogas, de meio ambiente. Estes são problemas comuns a todos.

Para ilustrar dou o exemplo da cidade de Nova York. Distante algumas quadras da sede da ONU, pode-se observar o Harlen. Lá temos tudo: pobreza, desemprego e a falta de integração social mais impressionante.

Quando se decidiu pela realização da Cúpula, tivemos de eleger um tema que realmente afetasse os 185 países-membros. Chegamos à conclusão que esse tema era o problema social, e o do meio ambiente vinha logo a seguir. Definitivamente os problemas sociais encabeçam todos os outros.

O que a Cúpula fez foi dizer: se não somos capazes de responder conjuntamente a este fenômeno, seremos todos afetados por este fenômeno.

Por muito tempo estivemos, e alguns ainda estão, sendo guiados pelos modelos de desenvolvimento dos países do Hemisfério Norte, com alguns sucessos localizados. Mas quanto ao desenvolvimento social, definitivamente não há modelo a ser seguido. É um campo muito complexo. Podemos dizer que queremos nos desenvolver como a cidade de Nova York? Queremos o modelo de bem-estar social dos países escandinavos, que estão em crise?

A mera observação das crises sociais de diversas naturezas levam-nos a concluir que ninguém está legitimamente qualificado para postular modelos, pois estes não poderiam estar embasados em situações de sucesso. Essas não existem. O que temos, ao contrário, é um conjunto de modelos sociais que assinalam que depois do perigo da bomba nuclear, temos uma realidade de bombas sociais estourando em todas as partes do mundo, sem o reconhecimento de qualquer tipo de fronteira.

Pela primeira vez os países desenvolvidos levaram seus problemas para o debate. O mundo desenvolvido incorporou seus próprios problemas ao debate das Nações Unidas, que sempre tratou das questões dos países do Terceiro Mundo.

A terceira dimensão da missão da Cúpula foi recordar-nos de um valor histórico que é o fundamento da estabilidade de qualquer sociedade. Não há nenhuma sociedade desenvolvida e estável que tenha alcançado seu desenvolvimento e estabilidade por meio da exclusão social. Esse tipo de sociedade foi acrescentando elementos de equidade ao desenvolvimento social. Se analisarmos os países europeus durante todo o século XX, perceberemos a incorporação de crescentes elementos de equidade social, por diversos meios e de forma constante. Em consequência, a Cúpula assinala que não poderemos evitar essa realidade, ou seja, não há sociedade estável sem a incorporação de crescentes elementos de equidade social. Isto nos coloca uma perspectiva histórica. O século XIX foi praticamente o da conquista do Estado-nação. O século XX foi o das lutas por liberdade política. Foi o século em que reinados se transformaram em democracias, o da luta contra o nazifascismo, o das lutas pela descolonização e o surgimento de novos Estados, o da guerra fria e destruição do Estado soviético, das lutas contra os militarismos de diversas formas, nas quais a América Latina tem papel destacado.

Ao se analisar todos esses acontecimentos, podemos verificar que foram lutas por liberdade política e, no final do século, quando se constata a vitória de muitas dessas lutas, podemos dizer efetivamente que os elementos

formais da democracia existem em grandes áreas do mundo. Essa situação necessita do seguinte comentário: o século XXI será o século das lutas por equidade, ou seja, a promessa da democracia deverá ser realidade, pois todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia. Apesar de todos os obstáculos, como o anticolonialismo, produziram-se novos Estados, eliminou-se o colonialismo. Mas no interior destes novos Estados surgiu um grande autoritarismo, que já começa a se desfazer.

A experiência do militarismo na América Latina, tão ampla e forte, agora está se revertendo. Mas não é uma situação permanente; há o perigo da volta do militarismo, para o qual devemos estar sempre vigilantes.

À promessa de democracia não incorporamos ainda a realidade da equidade, e, caso continue assim, corremos o sério risco de perder todas as conquistas democráticas. A opção que temos pela frente é a consolidação da democracia com igualdade ou, de uma maneira ou de outra, não tão brutal como no passado, mas mais sofisticadas, voltarão as diversas formas violentas de conflito social e de respostas autoritárias. Pode ser o autoritarismo do controle social, e não necessariamente de sistemas políticos. Mas a situação atual se dirige a esses dois extremos: ou a democracia com equidade ou a resposta do autoritarismo às crescentes pressões sociais.

A Cúpula concluiu que a equidade é a resposta estável para o futuro do mundo inteiro. Mas as perguntas, elaboradas pelos excluídos da sociedade, para o século XXI são: para que serve a democracia? Para que serve o desenvolvimento? Para que serve a globalização? Para que serve o fim da guerra fria? Ou seja, todas essas coisas que são apresentadas como positivas, necessárias e convenientes, podemos estar de acordo com elas, mas como se refletem nas condições concretas de minha vida, da de minha família, da minha comunidade?

Esta é a síntese do desafio que teremos pela frente e que a Cúpula Social coloca neste momento, pois estas não são as perguntas que o mundo está fazendo. O mundo não está concentrado para resolver os problemas da equidade. Tem outras preocupações. E é neste ponto que retorno ao sentido da Cúpula Social. Ela é uma precursora do futuro. Os países que em suas práticas diárias não estão tratando de resolver o quanto possível o problema da equidade, sem perceberem que esse é o verdadeiro tema do futuro, estão dispostos a reconhecer, numa Cúpula de Presidentes, que a busca da equidade é o que interessa de fato, o que é conveniente e necessário. E para esse objetivo devem se dirigir.

Se fixam, de alguma maneira, objetivos que não necessariamente estão em condições de cumprir imediatamente, acreditam que são os que darão tranquilidade, estabilidade e condições para o futuro.

Uma quarta dimensão é a visão por parte da Cúpula do equilíbrio necessário entre mercado, Estado e sociedade, em que cada um tem sua contribuição a dar. E não há dúvida de que o mercado tem mostrado uma criatividade, uma capacidade de geração de tecnologia, uma sensibilidade para inventar espaços novos de imprensa, de comércio, e isto é uma realidade, um fato objetivo. Porém, o Estado é o elemento central de estabilidade de qualquer sociedade. Se o queremos desburocratizado, mais eficiente, mais competitivo, com serviços mais baratos, é indiscutível. Mas o Estado forte é um componente central de uma sociedade estável. E, por último, desejamos uma sociedade com cidadãos que se organizam de diversas formas, num sistema participativo, onde efetivamente tenham seu espaço como sociedade civil.

O equilíbrio entre esses três elementos é indispensável, mas para alcançá-lo é necessário reconhecer que cada um desses elementos deixado livre é perigoso. O mercado deixado livre é cruel, é excludente, pois tem uma lógica de guerra. A vitória do mercado é derrotar o competidor. Há uma lógica de derrota, de conflito. Em consequência, deixá-lo a mercê de sua própria lógica não nos assegura o equilíbrio que necessitamos. O Estado sem limites democráticos é opressivo, e temos vários exemplos desses Estados na história da humanidade. A sociedade sem limites regulatórios compartilhados resolve seus problemas por meio da força e da violência. A história também nos mostra isso.

Por esses motivos, o mercado, o Estado e a sociedade deixados livres são perigosos.

Mas quando têm objetivos comuns, princípios comuns e valores compartilhados, são capazes de produzir uma criatividade extraordinariamente forte.

A Cúpula Social mostrou que se deixarmos desenvolver essa capacidade criativa, e fizermos com que esses três elementos funcionem de maneira interativa, teremos geração de riquezas e poderemos resolver os problemas apontados. Estes não serão solucionados por meio de missões ideológicas, mas sim pela capacidade prática que cada país tem para resolver seus próprios problemas.

Um novo elemento que vai ocupar permanentemente a Cúpula é a especificidade dos equilíbrios, pois são muito nacionais, a não ser nos países

que têm uma larga tradição de não-intervenção estatal. A maneira como cada país chegará ao equilíbrio será diferente.

O que ficou claro para a Cúpula é o objetivo e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da especificidade das sociedades, próprias de cada país, onde a maneira de articulação será muito variável. Há uma sintonia expressa por meio da Cúpula: não há receita, apenas objetivos e valores, pois as soluções devem surgir da realidade das distintas sociedades.

A quinta dimensão refere-se aos recursos financeiros, ao ajuste estrutural, que basicamente são impulsionados pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional. Não há dúvida que os ajustes são necessários, mas entendamos por ajuste o equilíbrio das contas nacionais. Por que é necessário? Sabemos de nossa própria experiência que uma boa política de receitas e despesas leva ao equilíbrio de nossas finanças. O mesmo vale para um país. O equilíbrio das contas é desejável e conveniente. Apenas uma economia saudável é capaz de responder aos desafios sociais.

A pergunta política da Cúpula é a seguinte: aceitando que o ajuste é necessário, por que deve ser feito sobre os mais frágeis da sociedade? Não há nenhum motivo técnico para se fazer isso. É uma opção política. Poder-se-ia fazer o ajuste de forma que o peso maior sobrecaísse nos que têm mais condições para resistir. Mas no mundo inteiro está se fazendo o ajuste sobre os mais frágeis. Esse tema carece apenas de uma certa organização, pois há muitas maneiras de se fazer o ajuste não sacrificando apenas o campo social, que aparece como uma tendência mundial.

A Cúpula fez um forte questionamento a respeito desta opção política. O ajuste não pode ser feito unicamente por meio do ajuste social. Se pode usar outros mecanismos que não provocam um impacto tão violento nos setores mais frágeis. A resposta política, do motivo pelo qual está sendo feito assim, é que os mais frágeis economicamente também são mais frágeis politicamente. Daí surge a tarefa das organizações sociais, do mundo intelectualizado, das diferentes formas que as pessoas encontram para se organizarem, dos partidos políticos, dos sindicatos, para fazer valer, em defesa dos mais frágeis, uma opção política diferente.

O ajuste é necessário e uma economia saudável é indispensável, pois não há desenvolvimento social de longo prazo com uma economia populista. Isto não existe. Uma economia saudável é um pré-requisito. A questão é política e não técnica. Colocamos esse tema para o debate nas sociedades civis organizadas.

A sexta dimensão diz respeito à preparação e à apresentação da Cúpula. É muito difícil estar em desacordo com os objetivos e os princípios da Cúpula, mas necessita-se de recursos para realizar as propostas. Há uma desproporção entre a riqueza da missão e a disponibilidade de recursos para conseguir realizar essa missão.

Minha resposta foi bastante simples: se juntarmos os recursos públicos e os recursos privados que há no mundo, disporemos de recursos suficientes. Isto é, recursos financeiros não faltam. O que não existe é a prioridade que a Cúpula assinala. Não se trata de falta de recursos, mas de prioridade. E este é um tema muito importante para o futuro. Por diferentes motivos os recursos públicos estão em lugares onde se está produzindo. E quanto aos recursos privados, eles crescem sistematicamente.

Estamos avançando para uma situação onde teremos de começar a investigar maneiras de fazer bons negócios usando recursos privados para resolver necessidades públicas. Em alguns setores isto já acontece, como na infra-estrutura de estradas, de pontes, de túneis em muitos países que tradicionalmente usavam recursos públicos. Nos dias atuais muitos países usam recursos privados para certas atividades, e durante um período de 10 a 15 anos cobram um pedágio pelo uso da estrada, por exemplo. Assim se paga o investimento e depois a estrada passa a ser do Estado. Este é um método pelo qual os fundos públicos estão sendo reservados para atividades mais prioritárias.

Normalmente usam-se os recursos públicos para obras sociais e não para a infra-estrutura, que pode ser feita de outra forma. No futuro isto também vai ocorrer no campo da educação, ou seja, haverá mais oferta educacional no setor privado, principalmente devido às novas tecnologias. Mas o Estado deve garantir a qualidade da educação pública.

Mas se dizemos que há recursos e o que falta é prioridade, teremos de achar uma maneira de fazer bons negócios com os recursos privados a serviço das necessidades públicas. E teremos de fazer isso em associação com os recursos públicos. Este é um terreno complexo, pois do lado público não temos o hábito de pensar como os recursos privados podem ser usados para resolver necessidades sociais. E do lado privado, nunca se pensa em associação com o setor público para obter lucro. Mas isso é possível. Então é necessário um esforço de imaginação, tanto do setor privado como do público, para encontrar formas concretas de associação. É um grande desafio lançado pela Cúpula Social. Devemos usar os recursos de acordo com a lógica de cada recurso. Este também é um tema para investigação, pois como o tema da segurança, este requer muita reflexão.

III. O compromisso principal: erradicar a pobreza

O compromisso mais importante da Cúpula Social é a erradicação da pobreza. A Cúpula disse o seguinte: há o compromisso dos governos de erradicar a pobreza, como um objetivo ético, político, econômico, social e cultural, partindo da erradicação da pobreza extrema em cada país. Isso significa que, pela primeira vez na história, a sociedade internacional disse que a pobreza é uma situação social inaceitável. Não podemos continuar falando de democracia, de globalização, de tecnologia, de mercados, de crescimento, e nos depararmos com o que é considerado o maior escândalo do século: a persistência da pobreza. Ou seja, o século que foi capaz de multiplicar a liberdade, o comércio, os recursos, os capitais, a tecnologia, da maneira mais incrível, também multiplicou a pobreza. Hoje temos cerca de 1.300 milhões de pessoas que vivem na pobreza, número equivalente ao total da população mundial no início do século XIX.

A Cúpula afirmou, em sentido figurado, que este é o novo *apartheid* do mundo, com pessoas de dois tipos; é o “Muro de Berlim” contemporâneo. Isto é um escândalo que tem de ser erradicado. Nesse sentido, creio ser um compromisso histórico por sua envergadura ética e política e por exigir uma atitude real. Muitas pessoas dizem que é muito bonito falar em erradicar a pobreza, mas consideram isso irreal, inalcançável. Esta é sempre a reação diante de mudanças sociais profundas. Mas a verdade é que a história está repleta de fatos que pareciam impossíveis e que com o tempo foram se tornando possíveis. Por exemplo, a erradicação da escravidão parecia impossível no início do século XIX; mas esse século terminou com a convicção ética, política e social de que a escravidão era uma instituição social que deveria desaparecer. Assim como ocorreu com o *apartheid* na África do Sul. Não quero dizer que esses dois fenômenos não existam, mas que foram banidos como práticas inaceitáveis. O mesmo ocorreu em relação à educação primária no início do século XX. A grande resposta da época foi que as massas eram muito ignorantes e continuariam sendo. Ou seja, a idéia de se dar educação primária não teve uma resposta afirmativa, mas se chega ao final do século XX com o reconhecimento do direito universal à educação primária. Chega um momento histórico em que certas instituições tornam-se inaceitáveis ética e politicamente. A Cúpula Social disse que a pobreza é uma instituição inaceitável ética e politicamente.

Não vamos eliminar a pobreza por decreto, por uma reclamação internacional. Não se elimina por uma lei, pois é um processo amplo, mas temos como objetivo fazê-lo partindo da erradicação da pobreza extrema. Este é

um compromisso importante firmado em Copenhague. Evidentemente, onde se concentra a pobreza extrema está a dimensão mais grave do problema.

As Nações Unidas têm independência para tratar seus objetivos. O que dissemos em Copenhague foi o seguinte: vamos começar pela extrema pobreza, mas com metas definidas por sociedade. E hoje existe o compromisso firmado por 185 países das Nações Unidas, mas cada um desses países tem de debater qual o tipo de ação mais realista, mais possível, para erradicar a pobreza. Creio que fazendo dessa maneira, permitimos que o debate de Copenhague chegue a cada sociedade. E em cada país pode haver o debate de suas metas, o que será possível fazer, quais os componentes que devem ser colocados, como poderão se organizar, quais as dificuldades, os limites, quem está a favor ou contra, quem concebe isso como real ou irreal.

Para a Cúpula Social, as instituições da sociedade civil e as pessoas que acreditam ser possível atingir esse objetivo têm a possibilidade de colocar esse tema no nível nacional como parte de um compromisso internacional, e não apenas como parte dos conflitos políticos nacionais. Trata-se de um grande processo que já está em andamento, pois já foram criadas associações, em distintos países, cujo objetivo é promover a obtenção da erradicação da pobreza.

As Nações Unidas declararam que o ano de 1996 será o ano da erradicação da pobreza; fez isso para estimular o compromisso firmado, mas coincidiu com o que já estava definido há algum tempo e depois da realização da Cúpula Social.

Fizemos a seguinte pergunta: isso é possível? A resposta é sim. Como já disse, tecnicamente é possível e temos os recursos para fazê-lo. É possível recuperar as pessoas que estão em situação de pobreza em geral, e as que estão ao seu redor, em pobreza extrema. Os recursos existem e a possibilidade também. É um problema político transformar a realidade. Político no sentido de que estamos em condições de obter o consenso interno nas diferentes sociedades para esse objetivo.

A Igreja Católica colocou uma formulação muito interessante numa recente reunião sobre esse tema: “se erradicar a pobreza é tecnicamente possível, então é moralmente obrigatório”. Ou seja, não é moralmente aceitável que mantenhamos essa situação por um conjunto de relações. É uma formulação muito correta dizer que se é tecnicamente possível, então é moralmente obrigatório. Esse tipo de orientação coloca a Cúpula na fronteira da realidade e da decisão. O compromisso internacional é um mecanismo de mobili-

zação social que reforça muito as possibilidades de organização nacional. O problema existe em todas as regiões do planeta.

O que se deve fazer agora é buscar as formas mais efetivas de conseguir o objetivo, pois ele é desejável em várias esferas: do ponto de vista da defesa nacional, sendo válido que uma sociedade instável é uma sociedade mais insegura, na visão clássica de segurança. Para a consolidação da democracia, não há nenhuma dúvida de que se não resolvermos o problema da equidade teremos uma sociedade mais autoritária. Se queremos democracia devemos lutar por mais equidade. Da perspectiva do comércio internacional, sabemos ser necessário estabilidade e mercado. A incorporação da extrema pobreza no circuito econômico significa por um lado diminuir as tensões sociais e obter mais estabilidade, por outro significa mais mercado com mais consumidores. Naturalmente que é uma observação racional e lógica.

IV. Estruturas de poder e funcionamento da democracia

Se é tecnicamente possível, se parece lógico, se é uma atitude ética, por que o mundo não persegue esse objetivo plenamente? A resposta pode estar na complexidade do processo de desenvolvimento da democracia.

A Cúpula Social nos deu uma perspectiva da correlação que existe entre vários fatores: democracia estável e participativa; economia saudável com respeito ao meio ambiente; desenvolvimento social interno e promoção da identidade e especificidade cultural. Como cada país tem sua própria complexidade, sua especificidade, sua própria história de lutas internas, de partidos políticos, de interesses concretos, tudo tem de ser aplicado à realidade, às situações reais distintas. Mas há fenômenos globais que estão afetando a maioria dos países. Nota-se uma progressiva mudança nas estruturas de poder em nível mundial. Se compararmos o que ocorre hoje com o que ocorria há 50 anos, perceberemos que os governos, os partidos políticos e os sindicatos têm menos poder. Há um conjunto de instituições que foi perdendo espaço, especificidade e poder com o passar do tempo. Este poder vem se deslocando para o mundo dos negócios, das finanças e dos meios de comunicação, de maneira vinculada por meio da publicidade. Em todo o mundo estas são as novas instituições de poder que estão crescendo: os negócios, as finanças e as comunicações. Isto significa um movimento de atores que operam dentro de limites de valores compartilhados. Ou seja, governos, partidos políticos, sindicatos, etc. têm objetivos que são mais ou menos conhecidos, estrutura hierárquica mais ou menos conhecida e há

instrumentos de fiscalização e controle democrático na maneira como esses centros de poder tradicionais operam.

Quando parte desse poder começa a transitar para os negócios, finanças e meios de comunicação, esses instrumentos de fiscalização e controle democrático ficam mais frágeis e, de fato, hoje em dia, estamos em uma situação em que os acertos e desacertos do mercado estão determinando comportamentos no governo, nos partidos políticos, nos sindicatos, etc. Há um trânsito de poder de atores com alto grau de responsabilidade e sistemas de supervigilância democrática para atores com baixo grau de responsabilidade e fraca vigilância democrática. Esse é um tema bastante complexo.

Um outro fenômeno global que vem ocorrendo é a crescente privatização das relações internacionais. Por exemplo, nas décadas de 60 e 70, do ponto de vista da cooperação internacional para o desenvolvimento, a pessoa mais importante que circulava pela América Latina era o presidente da agência de ajuda americana, da Aliança para o Progresso. Por volta de meados da década de 70 até meados da década de 90, o Banco Mundial e o FMI desempenhavam esse papel. Para o mercado internacional a situação de um país dependia da relação que mantinha com essas duas instituições; elas é que diziam se um país era respeitável ou não no mercado internacional.

Hoje podemos verificar que não existe mais essa situação privilegiada do Banco Mundial e do Fundo Monetário. O que existe são os qualificados de risco de nível mundial, que essencialmente são empresas privadas que dizem: de acordo com nossos critérios este certo país tem qualificação B+, este outro tem qualificação C-, e este tem A+. Essas qualificações passaram a ser absolutamente aceitas para saber como vai um país no mercado internacional. Isto é a privatização das relações internacionais, como um conjunto de fatores que antes tinham relações Estado e Estado e organismos intergovernamentais, e que agora estão cada vez mais nas mãos da iniciativa privada internacional.

Este é um novo e grande desafio, pois as empresas produtoras de bens e serviços, ao menor preço possível, pelo menos em teoria, estão se transformando em atores sociais cuja decisão e influência vão muito além dos bens e serviços que produzem. Isto também é um trânsito de poder e precisa ser profundamente investigado para podermos formular políticas para o futuro.

Outro elemento de caráter mais geral é a crise na forma de representação na democracia. Quando votávamos em um candidato para que ele nos representasse no parlamento, estávamos dizendo que aquela pessoa era a mais qualificada para aprovar leis, que ela sabia mais, tínhamos as mesmas idéias a respeito de determinados assuntos, e se podia depositar nela total

confiança. Esta situação está em crise no mundo inteiro, porque as pessoas estão cada vez mais incomodadas com o fato de perceberem os parlamentos como lugares onde os políticos passam o tempo brigando, em conflito, ou que as políticas estão mais vinculadas a interesses pessoais. E, de fato, há um maior distanciamento entre os eleitores e seus representantes. Como consequência, os parlamentos estão mais fracos e as autoridades locais são mais procuradas para resolver os problemas.

Para a maioria das pessoas, o prefeito é quem interessa mais em relação aos deputados ou aos senadores. Elas acreditam que o prefeito pode realizar ações eficazes; que o prefeito é capaz de chegar a consensos, de convidar universidades, sindicatos, atores sociais, líderes espirituais e empresas para reunirem-se e atingir um certo objetivo. O cenário de ação desses atores é menor e se pode fazer mais e melhor o que se pretende. Nessa situação as autoridades locais passam a ter um peso e uma importância muito maior para os eleitores do que os representantes parlamentares.

O mesmo fenômeno está ocorrendo com os partidos políticos e com os sindicatos, além do que está crescendo o número de associações não-governamentais, numa demonstração clara de que as pessoas estão procurando outras formas de organização social. Também revela uma insatisfação com as estruturas de representação tradicionais e o desejo de defender interesses de outra natureza, e não apenas ideológicos, como nos partidos políticos ou sindicatos de classes. Por exemplo, as associações que defendem o meio ambiente, os direitos humanos, os interesses de gênero, os consumidores, etc.

Há diversos motivos para as pessoas se organizarem de forma diferente. E este é um complemento do trânsito de poder que se observa no mundo inteiro associado a um crescente poder da sociedade civil. Não de maneira tão dramática como nas finanças, nos negócios ou na mídia, mas, sem dúvida, crescente. O impacto da sociedade civil organizada nas conferências mundiais é uma indicação disso. As formas e características variam muito no mundo inteiro, mas esta crise de representatividade em parte está sendo suprida pelo surgimento de organismos não-governamentais com origem e motivos diversos. Outro elemento que quero assinalar sobre o tema da representatividade, também de abrangência geral, é que as pessoas estão mais informadas do que antes, relativamente mais educadas. Então, a idéia de que alguém, por meio do voto, se compromete a pensar e agir por outros está cada vez mais complexa. As pessoas têm suas opiniões, querem ser consultadas, querem fazer valer suas idéias; e o espaço informativo está

crescendo, o que faz com que as pessoas sejam mais críticas e mais capazes de ter suas próprias opiniões sobre um conjunto de assuntos que lhes interessa.

Tudo isso nos leva a entender melhor como os cidadãos se organizam para buscar seus próprios objetivos, e que alguns dos esquemas clássicos de organização, como os partidos políticos, ainda podem continuar a ter um papel a desempenhar na obtenção de vários tipos de acordos indispensáveis no atual sistema institucional da democracia. Mas necessitam de aperfeiçoamento, e ainda há espaço para o surgimento de outros instrumentos representativos.

Somos livres para abrir o espectro para novas formas de organização da sociedade civil, que não necessariamente estejam definidas por perspectivas ideológicas ou de classe, mas por outros motivos.

Outra dimensão de caráter geral é o processo de eleição. As eleições são locais no sentido de que servem para resolver problemas locais, qualquer que seja o tipo de cargo eletivo, internacional, regional ou local, são para resolver problemas de certa região, de certo país. Mas ocorre que quando o eleito chega ao governo, principalmente ao governo central, percebe que suas ações estão limitadas por uma série de fatores globais, sobre os quais não tem uma influência muito ampla.

Se um candidato diz o seguinte: “conheço os problemas que temos e prometo fazer o melhor possível para resolvê-los, mas o espaço e as possibilidades têm limites que não vêm da situação nacional e sim da internacional”, esse candidato não será eleito. Portanto, estamos em um sistema eleitoral onde se aceita naturalmente que é necessário fazer promessas que de início já se sabe que é bem difícil conseguir cumprir. Este é um problema complexo que acredito que possa ser resolvido por meio da educação cívica. Não podemos continuar a fazer promessas durante o processo eleitoral sabendo que o que importa é ser eleito. Isso é muito perigoso para a democracia. Por essa via podemos fazer com que a democracia perca toda sua dignidade, sua credibilidade, pois as pessoas votarão por razões que sabemos não ser possível realizar. Daí surge a incredulidade. É absolutamente indispensável uma tarefa de educação cívica para podermos explicar em que espaço está nosso país no processo de globalização.

Uma outra dimensão desse problema de representatividade é que as pessoas elegem desejando resultados imediatos. Mas a transformação que exige mais tempo para se realizar é a transformação social, como na educação e na saúde, onde um período de tempo bem longo é necessário para se perceber os resultados. Portanto, numa democracia eletiva é muito necessário um esclarecimento profundo sobre os limites das ações de cada ator.

Durante um longo período na América Latina nos dedicamos a debilitar a idéia da democracia formal, ou seja, os direitos aparecem nas constituições, mas na realidade de vida das pessoas nada ocorre. Quero fazer um forte apelo para que se respeite a democracia formal, pois sabemos muito bem o que ocorre quando não temos sequer uma democracia formal. É certo que muitas metas não se transformarão em realidade, mas não vamos cometer novamente o erro de debilitar a democracia ressaltando suas formalidades, pois todos temos preferência pelos meios formais da democracia, como o *habeas corpus*, a livre expressão, o direito ao voto, a possibilidade de abrir a porta de nossa casa sem o temor dela ser derrubada a golpes pela polícia secreta. Quando perdemos essas coisas é que percebemos o quanto são valiosas. Por isso, apelo para que reforcem os elementos práticos, reais, da democracia formal. Estamos tratando de outros aspectos sociais na Cúpula Social.

Quero ressaltar um elemento que me parece central. Creio que os problemas com todos esses temas é que ficamos com um sentimento de impotência diante de tudo o que está ocorrendo no mundo, como se tudo fosse inevitável, e nos perguntamos como podemos contribuir realmente para modificar muitas situações, mas temos pouca convicção. Creio que esse tipo de atitude não se justifica, pois em toda a história da humanidade temos exemplos de que quando as pessoas se organizaram para alcançar um objetivo determinado, elas obtiveram sucesso.

O ponto de partida hoje, quando os principais atores estão perdendo a importância que tiveram, é assumir um compromisso de envolvimento pessoal, para promover uma organização social capaz de alcançar a mudança que desejamos.

Antes o compromisso era com o partido, com o sindicato; estas estruturas sociais vão continuar pois são importantes ainda. Mas há um fator limitante. Creio que não há nenhum substituto para o compromisso pessoal num projeto que busca o sucesso de seu objetivo. A única coisa insubstituível é a crença em lutar por certos valores que acreditamos, como uma sociedade mais justa; e acreditamos ser necessário expressarmos-nos em voz alta, acreditamos que a globalização não é inevitável e que é um produto humano e, portanto, terá as características dadas pelas lutas sociais. Mas a resposta definitiva terá de ser dada individualmente, para termos uma sociedade melhor para nós mesmos, para nossas famílias, para nossa comunidade, partindo do pressuposto de que como seres humanos, num trabalho conjunto, temos a possibilidade de modificar o sentido histórico dos acontecimentos.

Trata-se de uma decisão muito interna, muito pessoal, a partir da qual poderemos ter a possibilidade de mudar o futuro. Temos de assumir que as lutas sociais estão longe de terminar, por todos os motivos já apresentados na Cúpula Social, mas podemos obter resultados valiosos e éticos por meio de novas formas de organização. Isso depende de nós, do nosso compromisso pessoal em construir uma sociedade baseada nos valores que nos são fundamentais. Não há substituto para o compromisso individual, e, portanto, é uma atitude perigosa se colocar como espectador, para ver o que os outros estão fazendo. Esta é uma atitude um tanto cínica, pois não há nada mais fácil do que ser cínico.

Podemos questionar tudo muito profundamente, as situações são difíceis e complexas e não temos nenhuma garantia de sucesso, por isso é importante a atitude, os valores que temos e a vontade de nos organizarmos de forma diferente para fazer um esforço para a mudança. A dinâmica desse processo produz mudanças e ninguém está em condição de nos dizer que não sejamos irrealistas, que compreendamos que as mudanças não vão ocorrer. Temos de enfrentar essa atitude de cinismo e indiferença. Há uma profunda indiferença moral no mundo. Temos de ser capazes de enfrentar essa atitude de indiferença moral, de dizer que temos de atuar segundo uma estrutura de valores, com um certo comprometimento com o futuro, pois, do contrário, é como se não acreditássemos em nós mesmos. O compromisso é o de fazer o possível dentro do espaço no qual atuamos, para construir o mundo que desejamos.



Imprensa:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514